



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - POPULAÇÕES INDÍGENAS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS

MEMÓRIA DE REUNIÃO DO GT SAÚDE INDÍGENA

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quinze, a partir das nove horas, reuniram-se na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na sede da Procuradoria Geral da República – Brasília-DF, o coordenador do GTSI Dr. Gustavo Kenner Alcântara (Secretário Executivo-6ªCCR); Dra. Analúcia de Andrade Hartmann (PR-SC); participaram por meio de videoconferência: Dr. Ricardo Pael Ardenghi (PRM-Ponta Porã/MS), Dr. Daniel Luis Dalberto (PRM-Guajará Mirim/RO) e Dr. Emerson Kalif Siqueira (PR-MS). Secretariou a reunião a servidora Raissa Marins Pinheiro.

Temas debatidos e Deliberações:

1. Inclusão das informações no site da 6 CCR

Foi apresentado pelo Dr. Gustavo a modificação no site que incluiu diversas informações relevantes sobre controle social, especificamente quanto aos diversos CONDISIS, conforme informações extraídas a partir da solicitação deliberada na última reunião (regimento, composição, plano distrital, últimas atas de reuniões, entre outras). Ficou estabelecido que todos os procuradores analisariam detidamente o layout e as informações para fazer considerações sobre melhorias necessárias. Uma vez concluído o trabalho, o objetivo é permitir o fácil acesso a essas informações na própria página da 6ª CCR pelos procuradores naturais;

Dr. Daniel fez um relato sobre a realidade em Guajará-Mirim: Abriu IC, solicitou atas, conversou com os índios e constatou que o controle social existia apenas formalmente, os indígenas estavam alheios ao que era decidido, não entendiam a linguagem utilizada nas deliberações do CONDISI. Dr. Daniel, ao participar da primeira reunião de

controle social cujo objetivo era debater o uso do saldo do IAB-PI, constatou a necessidade de respeito ao modo indígena de participação, mais ampla e informativa e principalmente com maior tempo. Realizou reuniões de controle social, após as medidas tomadas, houve uma mudança na composição do CONDISI, troca do presidente do conselho local e de quase todos os representantes das aldeias e outros membros do conselho. Dr. Daniel considera que a atuação do MPF, participando de todas as reuniões do CONDISI, possibilitou uma mudança positiva no controle social e ocorreu um empoderamento dos indígenas, que, inclusive, pela primeira vez, por iniciativa própria, ocuparam a Casai e exigiram a presença das autoridades e do MPF e fizeram uma longa reunião em que fizeram suas colocações e reivindicações, numa verdadeira reunião de controle social fora das instâncias ordinárias instituídas.

Encaminhamentos:

- a) Enviar reiteração do ofício aos CONDISIs que ainda não responderam.
- b) Após, Dr. Gustavo ficou incumbido de elaborar minuta de Recomendação sobre a situação em que trabalhadores ocupam a vaga dos usuários nos CONDISIs, prejudicando a representação paritária, para encaminhar aos procuradores naturais. Registrar a necessidade retorno de registrar os resultados dos ofícios.
- c) Ficou ainda estabelecido que o próprio GT faria uma recomendação direcionada à SESAI com o mesmo objetivo. Sob responsabilidade de Dr. Gustavo.
- d) Recomendação à SESAI sobre a transparência no site, para que mantenha as informações atualizadas no site. Dr. Ricardo Pael se comprometeu a fazer essa recomendação.
- e) Fazer encaminhamentos para inclusão de participação de reuniões de CONDISI no painel de contribuições. Sob responsabilidade do Dr. Gustavo.
- f) Foi sugerido o envio de ofício solicitando informações sobre a contratação dos Presidentes dos CONDISI's e outros representantes pela SESAI, o que gera aparelhamento e enfraquece ainda mais o controle social. Dra Analúcia se comprometeu a elaborar a minuta do ofício.

2. Medidas para trabalho de controle social na saúde indígena

Encaminhamento:

- a) Elaborar projeto de capacitação para controle Social. Delimitar qual CONDISI para produzir um projeto piloto, junto com CGU e TCU.
- b) Fazer cartilha de controle social dentro do projeto de capacitação e traduzir para as línguas indígenas.
- c) Reunião com TCU e CGU para verificar possibilidade de parceria

3. Atualização do manual de saúde indígena

Dra Analúcia e Dr. Gustavo se encarregaram de trabalhar na atualização do manual de saúde indígena até o dia 15 de dezembro.

4. Regularização de pistas de pouso

fe

5. Identificar medidas para serem tomadas junto à FUNAI e à SESAI.

Encaminhamento: Solicitar atas de reuniões e a solução para regularização das pistas de pouso

6. INSI – Elaboração de Nota Técnica


O governo encaminhou o PL esta semana para a Câmara dos Deputados. Tramita com o número 3501/2015.

Encaminhamento: Elaborar nota técnica e encaminhar ao congresso. Dr. Gustavo se comprometeu a elaborar nota técnica até dia quinze de janeiro de dois mil de dezesseis.

Outros necessários

Dr. Daniel relata necessidade do resgate da medicina tradicional, o conhecimento dos Pajés. Valorizar o conhecimento tradicional dos indígenas. Direcionar o tratamento para as causas das doenças e não apenas o tratamento dos sintomas.

Descreve o problema com a qualidade da alimentação do indígenas (aumento do consumo de açúcar e industrializados) causando doenças como hipertensão e diabetes, por exemplo. Avaliar a possibilidade de um projeto de cuidado com alimentação como forma de prevenção de doenças. Incentivar o cultivo e consumo de alimentos naturais. Dr. Gustavo relata a possibilidade de utilizar os próprios CONDISI's como forma de disseminação do projeto. Dr. Daniel ficou encarregado de trabalhar ideias a partir da realidade concreta e das atividades realizadas na PRM, bem como buscar possíveis trabalhos já realizados que pudessem ser adaptados do GT Alimentação Adequada da PFDC.


Gustavo Kenner Alcântara
Procurador da República
Coordenador do GT Saúde Indígena